



**UNIVERSIDADE DE UBERABA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**  
**PPGPE – MESTRADO E DOUTORADO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:**  
**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

**MEMORIAL FORMATIVO**

**HEITOR HUMBERTO DO NASCIMENTO CARVALHO**

extraído em julho de 2024 do relatório de pesquisa intitulado DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: O ABANDONO DO MAGISTÉRIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C253d Carvalho, Heitor Humberto do Nascimento.  
Desprofissionalização docente: o abandono do magistério na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais / Heitor Humberto do Nascimento Carvalho. – Uberlândia (MG), 2024.  
168 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e Planejamento.  
Orientador: Prof. Dr. Adelino José de Carvalho Dias.

1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Política educacional. 4. Trabalho docente. I. Dias, Adelino José de Carvalho. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.12

## MEMÓRIA, DIREITO E EDUCAÇÃO

*Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora não tenha nenhuma. Lá na fazenda o trabalhador mais desgraçado está convencido de que, se deixar a peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a ilusão.*

*Graciliano Ramos*

Como exigência do Programa de Pós Graduação Profissional em Educação - PPGPE fez-se necessário a elaboração deste memorial e a indução à reflexão sobre as vivências (na verdade, experiências) que convergiram para a produção científica me pareceu interessante diante do turbilhão de aulas, trabalhos e seminários dentro do Mestrado.

Conciliar estudo e trabalho foi um desafio em razão das exigências da vida profissional: parafraseando meu querido orientador, que não deixa de estar correto na argumentação que me apresentou diante de algumas lamúrias reflexivas e filosóficas próprias de orientandos: existem três tipos de problemas: os meus, os seus e os nossos.

Definitivamente, a vida profissional não é culpa do orientador. Compreendo. A necessidade de organização é fundamental para que o mestrado seja vivenciado de forma plena. A franqueza destas palavras conseguiu tranquilizar-me e me estimular para investir os esforços nas tarefas importantes, sem as quais eu estaria definitivamente perdido.

E o memorial? Ao longo do último ano foram várias as idas e vindas, quase sempre ligadas ao estado de espírito e certa angústia ao expor momentos da vida privada. É trabalhoso o ato de ressignificar as memórias que atuam na minha construção enquanto pesquisador. Complicado é narrar de forma reflexiva o que talvez esteja escondido, desvelando o passado não para satisfazer o leitor, mas como um esforço de autoconhecimento. Não, não será uma autobiografia ou um texto de autoajuda. Igualmente não será uma série de situações emotivas dignas da dramaturgia e roteiro hollywoodiano. É um memorial, e, portanto, trarei fatos que considero relevantes.

A minha história começa em 1986. Natural do município de Uberlândia, sou filho de professores que tiveram origem no meio rural de Goiás e de Minas Gerais, ambos nascidos de famílias humildes que não dispensam o cuidado com o outro e a mesa farta mesmo em tempos de dificuldades. Sempre que possível gosto de estar perto de tudo que é verde e cresce, com

isso nutro em pensamento a nostalgia de vida bucólica como forma de alcançar a paz nos dias mais difíceis. Por isso, diz Pessoa (2013):

Eu queria ter o tempo e o sossego suficientes  
Para não pensar em coisa nenhuma,  
Para nem me sentir viver,  
Para só saber de mim nos olhos dos outros, refletido.

Ainda que a burocracia de viver impeça e despreze o ócio e o lazer, é possível possuir alento nas coisas e nos gestos simples, seja um bem-te-vi andando em um jardim em flor (no bem querer uma pessoa) (Jardim da Fantasia, 1992), seja no arco-íris após o temporal:

Nuvens e raios de sol  
arco-íris no quintal  
cheiro de terra molhada  
logo após o temporal

O sopro calmo do vento  
carregou o vendaval  
os campos ficaram mais verdes  
as folhas do capinzal (Cantiga do Arco-íris, 1994)

De 1997 a 2003 realizei os estudos no ensino fundamental e médio na rede pública estadual de ensino. Como parte da última etapa do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na terceira série do ensino médio, tive que escolher o curso superior de interesse.

Na oportunidade optei pelo curso de História naquela universidade. Recordo-me de racionalizar aquela escolha como sendo uma possível garantia de ingresso no ensino superior com base nas notas nos dois primeiros anos do ensino médio, por questões de afinidades com as humanidades e, principalmente, pela dúvida em ter que decidir sobre o percurso a ser seguido na vida adulta.

A preocupação com o futuro não é algo impregnado na mente do jovem aos 15 anos de idade, pelo contrário. Um universo de descobrimentos e uma infinidade de potencialidades parecem propiciar qualquer futuro até colidirem com a realidade. Lembro-me de ser advertido pelo meu pai que a docência é algo perigoso e viciante e que depois de iniciar não conseguiria parar. Advertência maior recebi em relação à remuneração, mas eu o acompanhei algumas vezes ao trabalho durante a infância e sempre admirei o respeito dos alunos e demais profissionais para com ele.

Assim, ingressei em 2004 na graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Durante aquela faculdade fiz duas disciplinas em outros cursos, Teoria da Constituição e Ciência Política. A segunda, não cheguei a concluir por ocasião do movimento de greve do ano de 2005 e a ausência completa de contato com os integrantes daquela turma. Fiquei encantado pela componente ofertada pela Faculdade de Direito e aquela pequena experiência de compreensão do ordenamento jurídico e a reflexão acerca da experiência jurídico-política.

Por sua vez, as disparidades entre o público de cada curso era algo que não havia experimentado até aquele momento, tanto do ponto de vista da minha experiência pessoal, quanto na ordem econômica, político, social e racial, com as devidas exceções.

Ao final de 2005, talvez por falta de maturidade, talvez pelas advertências que recebi, mais provavelmente pela dúvida no caminho a ser trilhado, me preparei para o próximo vestibular e por este caminho ingressei na graduação em Direito na mesma universidade em 2006 - Já disse que não sou perfeito? Menos imaturo, o conhecimento prévio do espaço universitário foi útil para estabelecer o desejo de viver de forma intensa o período da graduação. Fiz estágio na Advocacia Geral do Estado e participei de grupos de pesquisa de Bioética, de Direitos Humanos e Direito Internacional, fui monitor da disciplina “Teoria do Estado” em 2007 e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) de 2008 a 2010.

Do início da tarde até à noite, estava na universidade. Era uma oportunidade de buscar uma perspectiva financeira melhor para o futuro. Tive a oportunidade de viajar para congressos e seminários, uma experiência transformadora, a maioria na área de Direitos Humanos e Direito Internacional e mesmo antes da conclusão do curso já havia conseguido o certificado do exame na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

As inseguranças quanto ao futuro profissional, a necessidade financeira e as decepções para prosseguir nos estudos em eventual mestrado me fizeram distanciar daquilo que tanto trabalhei durante a graduação. Assim, sequer busquei o ingresso em Programas de *stricto sensu* após a colação de grau. Realizei a impressão de vários currículos e fui passear por toda a cidade de Uberlândia, mas foram poucas as oportunidades para uma entrevista.

Essa realidade era bem diferente da maioria dos colegas. Em sua maioria, eram conservadores, tecnicistas e pouco comprometidos com as questões sociais e poucos compreendiam a faculdade fora do banco da sala de aula. Colaço (2006, p.236) ao tratar o caráter elitista e da formação conservadora do ensino do Direito, afirma:

Na atualidade os cursos de Direito servem de trampolim aos membros da classe média para a ascensão sócio-econômica, assim como para a manutenção do status quo aos membros da elite. No entanto, a maioria dos ingressantes,

independente da classe social, são relativamente “puros”, solidários e possuem um senso de justiça muito acurado, que vai desaparecendo ao longo do curso. À medida em que os alunos estão mais próximos de obter o diploma de Bacharel em Direito, perdem o interesse pelos problemas sociais e pelas disciplinas humanas e propedêuticas, tornam-se técnicos, robôs que recitam códigos, adestrados para aprovação em concursos públicos, desumanizados. A maioria dos cursos de graduação em Direito ao invés de formar, “deformam” os estudantes.

Ainda creio que não se tratava de falta de esforço ou de capacidade técnica ou intelectual. Era falta de indicação para conseguir trabalho. Desde o meu ingresso na Faculdade de Direito, foi perceptível a facilidade com que os neófitos e veteranos do curso provenientes das classes privilegiadas já possuíam um plano para além da formatura.

Um colega da graduação me ofereceu um espaço nos primeiros meses na prática da advocacia. Então, em 2011, comecei a advogar e inicializei uma especialização em Direito Tributário, área que havia dedicado no estágio e opção realizada na segunda fase do exame da OAB e a necessidade de me estabelecer profissionalmente fez com que deixasse de lado as aspirações que naquela época eram lembradas com saudosismo.

Ainda dou boas risadas ao ser chamado de “doutor” nos corredores do fórum. Talvez seja a única lembrança que me agrada e me incomode do período da advocacia. Todo aquele ambiente hostil, de aparências e de sorrisos regimentais só me causava angústia, ainda que compreendida como parte de um ritual.

E lá estava eu, caro leitor, debatendo para não afogar e sofrendo novamente com as escolhas, como se a cada dia terminasse de ler um livro de Schopenhauer<sup>1</sup> ou Nietzsche<sup>2</sup>, para uma pretensa vontade de ascensão social ou, no mínimo, de estabilidade financeira.

Na oscilação própria da vida, encontrei o caminho do concurso público, como forma de mudar a rotina, o modo de trabalhar e de ser remunerado. Foi assim que em 2014 ingressei no cargo de provimento efetivo de Analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

Logo começaram as frases “agora vai ficar à toa”, “servidor público não faz nada”, dentre tantas outras atribuídas levemente ao servidor público e reproduzidas por ignorância ou maldade<sup>3</sup>.

---

1 De modo pretensiosamente simplificado, sua teoria filosófica abordou temas relacionados à existência humana, ao sofrimento e ao tédio.

2 O filósofo também explorou o tema do sofrimento humano e a questão da religião em sua obra, concebendo o mundo terrestre como um vale de sofrimento, contrastando-o com a ideia de um mundo de felicidade eterna no além-vida.

3 Será que, também, não se trata de uma estratégia para legitimar a concepção e a função do Estado?

A força motriz que embala os movimentos das políticas públicas que visam mitigar ou suprimir direitos sociais é uma realidade palpável nos últimos anos, tendo sido acentuada após o golpe parlamentar de 2016 (Proner, 2016). Em vários aspectos, a vida não tem sido fácil no Brasil. Notadamente, as diversas minorias existentes resistem do modo que podem a um projeto de país daqueles que odeiam as suas raízes, comportam-se como vira-latas e celebram a morte (Ferreira, 2017). De acordo com Ramos (2016, p.13):

Em muitos países e em todos os continentes os valores igualitaristas, solidários, respeitadores da diversidade e dos Direitos Humanos estão sendo socialmente questionados. Aparentemente vivemos um retorno a valores individualistas, meritocratas, racistas, eurocentristas e exclusivistas em cada um dos continentes. Se na primeira década deste século se aludia a um “novo constitucionalismo emancipador” e promotor da igualdade, hoje se alude a um não-constitucionalismo, onde o “Direito diz o que o Juiz diz que o Direito diz”. Na mesma medida em que os pastores dizem o que a bíblia diz, que o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria, por sua sigla em inglês) diz o que o Alcorão quer dizer, o Direito é o que o juiz acha que é, e o Supremo Tribunal Federal referenda esta Nova Teoria do Direito (que não é nem nova nem teoria, mera técnica de dotar a Constituição de uma inequívoca “vontade”, já invocada por Carl Schimdt, o jurista do Reich). Nestes novos tempos em que a vontade dos magistrados se sobrepõe à dos eleitores, o papel da doutrina constitucional resta minimizada.

Espero que parte da dissertação tenha um pouco do grito necessário para chamar a atenção às questões educacionais que devem permear o debate público, em especial, a valorização do servidor público como instrumento de melhoria efetiva da educação.

E o que fui fazer como Analista Educacional? Por circunstâncias do destino fui lotado na diretoria de pessoal da superintendência à que me referi e minhas primeiras entregas acordadas foram relacionadas aos processos judiciais. Eu sei o que você está pensando... de volta à educação e atuando com o jurídico.

Em virtude do trabalho pude aprender sobre as diversas atividades da diretoria de pessoal. E, ao final do mesmo ano, passei a exercer o cargo comissionado de Supervisor Regional da Educação. No ano seguinte (2015), fui convidado para o cargo comissionado de Diretor de Pessoal, função que ocupo até o momento e, dentre as competências instituídas pelo art. 61 Decreto Estadual nº 48.709, de 26 de outubro de 2023, atuo no planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e execução das ações de administração de pessoal e de gestão de recursos humanos, no âmbito regional (Minas Gerais, 2023e).

Trata-se de uma diretoria com cerca de 45 servidores efetivos e estáveis, responsável pela gestão de cerca de mais de 8 mil (oito mil) servidores nos municípios de Uberlândia,

Araguari, Indianópolis, Nova Ponte, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Prata, Araporã e Campina Verde, distribuídos atualmente em 106 escolas estaduais.

Visando aprimorar o conhecimento, realizei alguns cursos, dentre eles o de Especialização em Gestão Pública. Mas nada o prepara para o engajamento da equipe e a administração de conflitos interpessoais e também por isso acredito que o desafio profissional maior é estimular a cooperação e a participação em uma perspectiva de manter o ambiente de trabalho saudável.

No cotidiano do trabalho, eis que surge após nenhum diálogo com a sociedade o chamado Novo Ensino Médio, impondo mudanças significativas na estrutura curricular do Ensino Médio, com a implementação de uma carga horária flexível e com os chamados itinerários formativos. Navarro *et al* (2020) afirmam que a imposições normativas “constituem um rompimento das discussões que datam de 2011, das críticas e propostas alternativas, construídas desde a proposição do PL n.º 6.840/2013.”

Os acordos internacionais de cooperação educacional, promovidos por organismos internacionais como o Banco Mundial, o PNUD - *United Nations Development Programme*, o UNICEF - *United Nations Children's Fund* e a UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, exercem um papel importante na definição das políticas educacionais dos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, esses acordos têm contribuído para o agravamento da dualidade estrutural da escola pública, que se divide entre uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola do acolhimento social para os pobres (Libâneo, 2012).

Libâneo (2018) também debate que os parâmetros de qualidade educacional estabelecidos com base em preceitos neoliberais encontrados em publicações do Banco Mundial e da UNESCO revelam-se distantes dos objetivos educacionais que visam o desenvolvimento humano dos alunos e a promoção da justiça social na escola.

Essa dualidade é perversa. Libâneo (2012) aponta que isso reproduz e aprofunda as desigualdades sociais e está em consonância com os objetivos do movimento “Educação para Todos”, que visa garantir o acesso à educação básica a todos os cidadãos. No entanto, as políticas educacionais promovidas por esses organismos internacionais têm priorizado a formação de trabalhadores produtivos, em detrimento da formação integral dos indivíduos. Na perspectiva mencionada, conforme Ferreira (2017), o currículo escolar não é uma decisão que cabe a cada comunidade local. Ele é, na verdade, um padrão global que determina o que é necessário (e legítimo) ensinar/aprender.

Nesse sentido, o currículo escolar, norteador pelas sugestões desses organismos, é instrumental e é orientado por resultados imediatistas, com o objetivo de formar sujeitos

produtivos que possam ingressar no mercado de trabalho. De acordo com Libâneo (2016, p. 48):

(...) tudo o que importa seria estabelecer níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos, ou seja, uma lista de competências e um sistema de avaliação de desempenho que comprove aprendizagem, no sentido de formar sujeitos produtivos visando a empregabilidade imediata

Essa perspectiva educacional, segundo Libâneo (2012), que valoriza apenas o conhecimento instrumental, tem contribuído para o declínio da escola pública brasileira nos últimos 30 anos. Ela tem levado à desvalorização do conhecimento, à perda de sentido da educação e ao aumento das desigualdades sociais. Conforme Ferreira (2017):

As portas para o retrocesso ficaram abertas no contexto de uma globalização cada vez mais neoliberal. A experiência histórica aponta que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade do Ensino Médio. Muito pelo contrário, ela tende a piorar o desempenho dos nossos alunos e aumentar a desigualdade escolar.

Pois, de fato, para alterar a qualidade do que é oferecido no Ensino Médio e ampliar as possibilidades de acesso, a permanência e sua conclusão, seria necessário um conjunto articulado de ações envolvendo, para sua execução, as redes de ensino e esferas de poder em torno de uma ação conjunta e de um projeto societário republicano com vistas à emancipação política e cultural das nossas juventudes. Projeto esse que está na voz de muitos jovens em diversos espaços educativos.

Em Minas Gerais foram implementadas alterações estruturais no Ensino Médio, iniciando-se a partir de 2022 no primeiro ano de todas as escolas estaduais. Como gestor, a situação não foi nada cômoda. O regime jurídico do pessoal do Quadro do Magistério tem como principal fonte de normas o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais publicado há 47 anos, a Lei nº 7.109 de 13 de outubro de 1977.

A formação do quadro de pessoal das unidades escolares foi problemática, em especial na distribuição de aulas, turmas e funções aos professores. A desconexão com a realidade fática ocasionou também a falta de profissionais para exercício no sexto horário das escolas que ofertam o ensino médio e a ausência também foi verificada para suprir as habilidades específicas exigidas pelos novos conteúdos impostos aos alunos.

Naquele ano, por exemplo, o professor efetivo de língua portuguesa não poderia ministrar aulas de redação para a mesma turma a que foi alocado em virtude de exigências normativas.

A sensação de impotência causou grande agonia. De que forma poderia investigar o tema do Novo Ensino Médio, que está no centro do debate público? Como poderia contribuir para compreender a sua implementação na rede pública estadual de ensino?

Ao longo do programa de pós-graduação, enquanto refletia a respeito, o Estado de Minas Gerais realizou algumas adequações na forma de atribuição de aulas aos professores da rede pública estadual, mas outros sintomas próprios da agonia dessa implementação forçada do Novo Ensino Médio foram tomando forma: a ausência de docentes habilitados. Acredito que seja um desdobramento próprio dos estudos qualitativos, qual seja o fato de que as questões de estudo estejam sob revisão e reformulação contínuas, fruto do próprio desenvolvimento da pesquisa (Creswell, 2010).

No cotidiano do trabalho, ainda que legalmente amparado para autorizar candidatos a lecionar a título precário, isto é, sem habilitação correspondente ao componente escolar pretendido, causa inquietude projetar como será o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, ainda que o profissional autorizado esteja acompanhado pelo gestor escolar e pela equipe pedagógica da escola.

Meu orientador foi bastante compreensivo com a ansiedade que esse fator me causava, tendo havido uma alteração no projeto de pesquisa anteriormente apresentado no seminário de pesquisa do Programa às vésperas da qualificação. Realizar a presente pesquisa, próprio de um projeto emergente e consistente, me trouxe novo ânimo para aprofundar nos estudos que se tornaram frutos deste texto.

O intuito da presente dissertação será identificar os indícios de profissionalização e/ou desprofissionalização docente que se fazem presentes nas políticas regulatórias da carreira do magistério básico da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) e a sua relação com os significativos índices de abandono da profissão observados no estado. Neste sentido, a oportunidade do mestrado profissional em Educação foi essencial para o apaziguamento das tensões que vivia. Mas longe de oferecer respostas, o mestrado profissional gerou novas questões por perspectivas que provavelmente eu não alcançaria sem a leitura de diversos autores e de debates vivenciados nas aulas e no grupo de pesquisa sobre Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas- FORDAPP.

E aqui estou, estudando e aprendendo a ser pesquisador...